

POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO AGRICOLA NO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sergio Schneider*

RESUMO

O artigo discute o desenvolvimento agrário, as desigualdades regionais e a pobreza em nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. A principal inspiração deste trabalho foi a realização de um estudo técnico sobre a pobreza rural no âmbito do projeto RS-2010, coordenado pela Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, no ano de 1997. Na introdução são apresentados alguns indicadores conceituais e estimativas da pobreza brasileira como também as marcantes diferenças entre os pobres rurais e urbanos. Na segunda seção discute-se as transformações tecnológicas e ocupacionais da agricultura e avalia-se as perspectivas para a inserção social dos pobres do campo no mercado de trabalho urbano e na dinâmica do setor agrícola. Na terceira parte realiza-se uma análise do processo histórico de transformação da agricultura gaúcha mostrando como a sua evolução foi responsável não apenas pelo aprofundamento da pobreza rural como também pela ampliação dos desequilíbrios regionais. Na quarta seção são retomadas algumas conclusões do estudo anterior, especialmente no que se refere a caracterização da pobreza rural no Estado. Com base na análise da estrutura fundiária e do cotejo de índices de desenvolvimento e de carência social, produzidos em estudo pioneiro da FEE, pretende-se demonstrar a existência de dois tipos de pobreza no meio rural do Rio Grande do Sul. Nas considerações finais argumenta-se que as políticas

* Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O autor contou com o apoio da FAPERGS (Auxílio Recém-Doutor) para elaboração deste trabalho e agradece à Marco Antônio Verardi Fialho pela ajuda na elaboração da versão final. E-mail: schneider@vortex.ufrgs.br.

públicas e os programas de combate à pobreza no campo poderiam ser repensados à luz de iniciativas que não dependem apenas de investimentos técnico-produtivos nas atividades agrícolas mas, também, de propostas que ampliem o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: pobreza rural, desigualdades sociais, desenvolvimento agrícola, desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Não há como refletir sobre o tema da pobreza no Brasil sem considerar as significativas disparidades sociais existentes em nosso país. Há largo consenso em torno da constatação das desigualdades em nossa sociedade. Embora a pobreza seja facilmente identificável pelo senso comum, sobretudo porque se convive com ela em várias de suas manifestações cotidianas, para entendê-la e explicá-la é necessário que se estabeleçam alguns critérios de ordem metodológica e teórica. Na bibliografia especializada, a pobreza tem sido descrita como um fenômeno complexo de significados multivariados para pessoas, instituições ou países, que pode ser identificada através de indicadores de renda, saúde, habitação, educação, entre outros (Corrêa, 1998, p.60). A pobreza pode ser entendida como uma situação de carência de condições para satisfazer as necessidades básicas (*basic needs*), capazes de permitir ao indivíduo ou a sua família recursos para supri-las. Para estabelecer critérios de aferição que permitam estipular a magnitude das necessidades básicas muitos estudiosos passaram a utilizar a renda como variável para definir a condição social de um indivíduo, região, cidade, etc (Rocha 1996, 2000b).

Considera-se que em uma sociedade capitalista a satisfação das necessidades individuais passa, fundamentalmente, pelo acesso aos recursos monetários que permitem o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria. Assim, o acesso a renda se constitui em fator decisivo que garante ao indivíduo bens e serviços e, com isso, faculte-lhe a sua reprodução social. Partindo de premissas semelhantes a esta, o estudiosos da pobreza fazem amplo uso dos indicadores de renda para medir as condições dos membros de uma sociedade em satisfazer suas necessidades básicas e, a partir daí, apontar as discrepâncias no acesso aos recursos que existem entre indivíduos, grupos ou classes; o que significa, em síntese, revelar o grau de desigualdade que existe em uma determinada formação social a partir da análise da distribuição dos rendimentos auferidos pelas pessoas que a compõem. No Brasil, vários estudos (Pastore, Zylberstajn, Pagoto 1983; Hoffmann 1995; 2000b; Rocha 1996, 2000b) utilizam os critérios de renda (sobretudo salário mínimo) para definir linhas de pobreza; ou seja, fixar um parâmetro a

partir da qual pode-se indicar que os indivíduos que possuem rendimentos inferiores àquela escala têm dificuldades ou sofrem restrições para satisfazer suas necessidades¹.

Em trabalho recente sobre a distribuição de renda no Brasil, Hoffmann (2000a), utilizando os dados do IBGE extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), salienta que em 1998 o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas (PEA) com declaração de rendimentos era de R\$ 456,00.² O autor também verificou que há uma enorme desigualdade na distribuição destes rendimentos, indicando que os 10% mais ricos ficavam com 47,2% da renda total, o que significa que sua renda média era 4,72 vezes superior a renda média geral. Mas a informação que revela a magnitude da concentração da riqueza no país e a crueza da desigualdade social está no fato de que, em 1998, com base nos dados da PNAD, Hoffmann (2000a, p. 5) constatou que, ao mesmo tempo que os 50% mais pobres da PEA abocanhavam apenas 13,8% da renda total, os 1% mais ricos retinham, sozinhos, quase a mesma proporção de 13,7% da renda total. Ou seja, os 1% mais ricos somavam uma renda quase igual aos 50% mais pobres.

Esta desigualdade na distribuição da renda nacional vêm se ampliando nos últimos anos em função do esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real e da desvalorização da moeda nacional (janeiro de 1999), conforme indica Rocha (2000), em recente documento divulgado pelo IPEA. Segundo a autora, em 1999 a pobreza brasileira aumentou em 3,1 milhões de pessoas, considerando-se pobres aqueles indivíduos que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. Segundo este estudo, em 1998, 33,4% da população brasileira vivia na pobreza sendo que em 1999 este percentual passou para 35%, o que significa que 57,2 milhões de pessoas viviam sem condições de alimentar-se, vestir-se e garantir o acesso satisfatório à saúde e educação. Contudo, apesar deste aumento da pobreza, segundo o estudo citado, o número de pessoas que vivem em condição de indigência caiu em 1999 em comparação aos demais anos, contados a partir de 1996. Em 1998, 13,9 milhões de brasileiros eram tidos como

-
- 1 Nos estudos sobre pobreza que utilizam a variável renda é usual encontrar-se duas maneiras de medir o grau de desigualdade social. De um lado, há os autores que utilizam o salário mínimo como referência para fixar uma *linha de indigência*, onde estão os domicílios cuja renda média do chefe alcança até $\frac{1}{4}$ (25%) do valor de um salário mínimo, e uma *linha de pobreza*, onde estão os domicílios em que a renda média do chefe alcança $\frac{1}{2}$ (50%) salário mínimo. Uma segunda corrente, perseguida no Brasil por Rocha (1996), utiliza a variável renda estipulada a partir do valor do custo de vida efetivo das populações, neste caso usando a capacidade de consumo, que é medido pelo valor de uma cesta básica. Para uma discussão metodológica a este respeito consultar os vários trabalhos de Rocha (1998 a, 1998c, 2000) e Romão (1993).
 - 2 Hoffmann (2000 a: 3) destaca igualmente que ao se tomar apenas aquelas pessoas da PEA com rendimento positivo (visto que a PNAD capta as pessoas não-remuneradas da família) este valor sobe para R\$ 561.

indigentes (9% da população) e em 1999 este número reduziu-se para 13,6 milhões (8,7% da população).

Segundo alguns estudiosos, a forma como a renda é distribuída na sociedade brasileira contribuiu para que o Brasil seja reconhecido uma das nações de grande incidência da pobreza absoluta e de significativas desigualdades sociais (Rocha 2000a: 3; Barros e Mendonça 1995). Embora também haja disparidades na distribuição da renda entre homens e mulheres, neste trabalho pretende-se realçar as informações sobre a alocação da renda segundo a localização do domicílio, comparando-se os urbanos e os rurais. Neste sentido, os dados levantados por Hoffmann (2000a: 16) revelam que, em 1998, o rendimento médio familiar *per capita* na área rural (R\$ 102,9) correspondia a apenas 35% do rendimento médio na área urbana (R\$ 292,4). Enquanto a renda *per capita* familiar dos 50% mais pobres que residiam no meio urbano era de R\$ 150,00, para os que habitavam nas áreas rurais ela não era superior a R\$ 60,00 (ainda que os 50% mais pobres que têm domicílios urbanos ficassem com 13% da renda total declarada e os rurais com 14,6%, o que se explica em razão da concentração da renda ser maior na cidade do que no campo).

Seguindo uma abordagem semelhante, Corrêa (1998, 2000) oferece detalhamentos sobre a estrutura dos rendimentos das pessoas ocupadas no setor agrícola. Tomando como variável-chave a renda mensal individual de todos os trabalhos, a autora indica que entre 1981 e 1990 o rendimento médio das pessoas ocupadas na agricultura brasileira reduziu-se em 11,72%, passando de 1,45 salários mínimos em 1981 para 1,28 em 1990. Entre os anos de 1992 e 1998, no entanto, houve uma recuperação passando-se de 1,24 salários mínimos para 1,46, representando um aumento de 17,74% (Corrêa, 2000:2). Não obstante esta oscilação entre as duas décadas, ao se tomar o período entre 1981 e 1998 verifica-se uma taxa média de crescimento de apenas 0,70% das rendas médias das pessoas ocupadas. Ou seja, a renda média auferida por um agricultor no ano de 1998 era proporcionalmente igual aquela que ganhava em 1981. As regiões brasileiras que registraram as maiores quedas nos anos oitenta são o Sul e o Nordeste, onde a renda média das pessoas caiu 21,95% e 20,62% respectivamente, no período 1981-1990. Na comparação do período de quase vinte anos, tomando-se o ano de 1981 e o de 1998, estas duas regiões registram uma queda da ordem de 8% das rendas médias das pessoas ocupadas. Uma das conseqüências da queda das rendas médias individuais é o aumento da proporção de pobres, que na região Sul passa de 0,404 em 1981 para 0,553 em 1992, regredindo um pouco deste ano até 1998, quando chega a 0,449 (Corrêa 2000: 9).

Estas informações revelam uma realidade amplamente conhecida entre os estudiosos brasileiros, a de que nas áreas rurais a pobreza atinge um maior número de pessoas e famílias. Os estudos de Sônia Rocha (1997), em particular, conforme indica a Tabela 1,

também utilizando-se de dados da PNAD, mostram que em 1990 a proporção de pobres que residiam no meio urbano do Brasil chegava a 26,8% e era significativamente inferior a proporção da população pobre domiciliada no meio rural, que era de 39,2% da PEA, o que representava 12,2 milhões de pessoas. Na região Sul, compreendendo os três Estados Meridionais, em 1990 haviam 1,6 milhão de pessoas pobres com domicílio rural (28,6%) e 1,9 milhão no meio urbano (16,8%), indicando a participação significativa da pobreza rural sobre a proporção total de pobres.

TABELA 1
BRASIL E REGIÕES. PROPORÇÃO DE POBRES EM ÁREAS
METROPOLITANAS, URBANAS E RURAIS – 1990

Brasil e Regiões	Metropolitana	Urbana	Rural
	%	%	%
Sul	17,6	16,9	28,6
Sudeste	26,9	17,7	27,1
Nordeste	43,4	43,7	49,2
Centro-oeste	22,4	23,3	31,9
Norte	43,4	43,2	-
BRASIL	28,8	26,8	39,2

Fonte: Rocha (1997, p. 23; ver também Veiga, 2000, p.190)

Embora a década de 1990 tenha mostrado pequenas alterações em relação ao contingente de pessoas em situação de pobreza, os dados até aqui apontados indicam que este tema deverá figurar em posição de destaque na agenda social e política brasileira nas próximas décadas. Quando se toma como indicador a contribuição que representam as áreas rurais sobre o contingente nacional de pessoas consideradas pobres, verifica-se que entre 1990 e 1995, no Brasil, houve uma pequena diminuição da participação do meio rural, que passou de 29,10% para 23,95%. Na região Sul, os estudos de Rocha (1997: 26) também indicam uma leve redução na contribuição do rural para o contingente total de pessoas pobres, pois em 1990, o campo contribuía com 3,85% e no ano de 1995 esta proporção havia sido reduzida para 2,48%, o que significa que neste último ano as pessoas pobres com domicílio rural ainda somavam a elevada cifra de 755 mil, de um total de 1,6 milhão na região Sul do Brasil.

Antes de adentrar na análise propriamente, vale um comentário final sobre o interesse recente que o tema da pobreza rural vêm despertando nos ambientes

acadêmicos e nas instituições públicas, o que levou, inclusive, ao aparecimento de um conjunto de iniciativas e políticas públicas que parecem refletir a importância e a legitimidade social que este problema vêm assumindo na década de 1990. Como exemplos desta sensibilização social pode-se citar a Campanha de Combate à Fome e à Miséria, liderada pelo carismático sociólogo Herbert de Souza, ocorrida nos anos 1993-94. Em relação as políticas públicas específicas de combate a pobreza rural pode-se mencionar os vários programas que vêm sendo financiados pelo próprio Banco Mundial por todo Brasil, como é o caso do RS-Rural no Rio Grande do Sul, e uma preocupação crescente de vários órgãos do Estado com o problema da miséria absoluta e da exclusão social, o que parece sinalizar que o tema da pobreza rural está incorporado à agenda social e política na presente conjuntura. Obviamente que deve-se manter recuo e prudência, pois entre as *preocupações* com a pobreza rural e a sua tradução em esforços e iniciativas efetivas de combatê-la e erradicá-la há um considerável hiato.

Este artigo pretende realizar um aproximação inicial a temática da pobreza nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. A principal inspiração deste trabalho foi a realização de um estudo técnico sobre a pobreza rural no âmbito do projeto RS-2010, coordenado pela Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, no ano de 1997 (Schneider e Brumer 1997). Neste estudo preliminar, apontava-se que o empobrecimento da população rural gaúcha estava relacionado ao próprio processo de desenvolvimento agrícola gaúcho, que teve alterado seu padrão técnico-produtivo a partir de meados dos anos sessenta, quando teve início a chamada *modernização da agricultura*.

Além desta introdução, o presente trabalho discute, na segunda seção, as transformações tecnológicas e ocupacionais da agricultura avaliando-se as perspectivas para a inserção social dos pobres do campo no mercado de trabalho urbano ou nas atividades produtivas do setor agrícola. Na terceira parte realiza-se uma análise do processo histórico de transformação da agricultura gaúcha mostrando-se como a sua própria dinâmica social e econômica foi responsável tanto pelo aprofundamento da pobreza rural como também pela ampliação dos desequilíbrios regionais. Na quarta seção, são retomadas algumas conclusões do estudo anteriormente mencionado, especialmente no que se refere a caracterização da pobreza rural no Estado. Com base na análise da estrutura fundiária e do cotejo de índices de desenvolvimento e de carência social, produzidos em estudo pioneiro da Fundação de Economia e Estatística (FEE), pretende-se demonstrar a existência de dois tipos de pobreza no meio rural do Rio Grande do Sul. Na seção final busca-se argumentar que uma análise da dinâmica econômica, social e demográfica da agricultura gaúcha nas últimas duas décadas indica que o combate à pobreza no campo passa por um conjunto de iniciativas que não devem se restringir ao desenvolvimento exclusivamente agrícola. Nesta seção também são

apontadas algumas iniciativas e políticas públicas, já apresentadas em outros estudos, que poderiam ajudar o Rio Grande do Sul a reorientar o seu desenvolvimento rural.

AGRICULTURA, EMPREGO E POBREZA

São amplamente discutidos e estudados os processos de transformação da base tecnológica e a formação dos complexos agroindustriais na agricultura gaúcha e brasileira, iniciados em meados da década de sessenta. Aliás, é prática corrente dos analistas focar os aspectos bem sucedidos do processo de modernização da agricultura como o aumento da produtividade, dos volumes de produção alcançados, etc. As críticas, quando existentes, ficam por conta da lamúria em relação a falta de maiores apoios do Estado, da oscilação dos preços e da concorrência enfrentada nos mercados agrícolas internacionais, problemas típicos das economias de mercado³.

Os efeitos sociais decorrentes destes processos como a concentração da renda rural e o aumento das desigualdades e da exclusão no campo são freqüentemente negligenciados. Um dos raros trabalhos que desvia desta perspectiva é o artigo de Graziano da Silva (1995), que busca avançar entendimentos sobre os que ele chama de "barrados do baile", que é a massa de pobres e excluídos produzidos pelas profundas transformações sofridas pela agricultura brasileira nas últimas décadas⁴. O ponto de partida deste autor também será aqui explorado como matriz analítica; qual seja, a verificação de que a pobreza no meio rural deve ser estudada a partir das transformações estruturais que atingiram a agricultura e as populações rurais no período recente e que estas são decorrentes, em larga medida, do processo desigual e excludente que assumiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Assim, reconhece-se que o problema da desigualdade e da exclusão das populações rurais mais vulneráveis é de natureza estrutural e não representa uma novidade. Contudo, há que se reconhecer que o fato da pobreza rural estar retornado à agenda social e política nos anos recentes têm a ver com o fracasso do ideário da modernização produtivista da agricultura, disseminado nos anos setenta, e com o acirramento dos

3 Obviamente não se desconhece o fato de que este tipo de enfoque analítico é, no geral, informado por uma matriz epistemológica que privilegia a abordagem a-crítica destes temas. Contudo, há que se reconhecer que, nos tempos recentes, muitos analistas que se professam adeptos da "teoria crítica" também parecem estar se rendendo a esta perspectiva.

4 Provavelmente a bibliografia sobre a pobreza rural seja mais ampla do que aquela que é de nosso conhecimento e que está citada neste artigo. Para uma análise do caso nordestino, consultar Duqué e Cirne (1998).

protestos e das reivindicações sociais contestatórias a este modelo tecnológico, que emergiram a partir de meados dos anos oitenta e se ampliaram largamente na presente década (Navarro 1996; Almeida e Navarro 1998; Almeida 1999). De fato, a época atual revela características muito distintas daquelas dos anos setenta, quando os estudiosos da pobreza rural buscavam entender como os pobres do campo se inseririam no processo de modernização agrícola ou quais as suas perspectivas de reprodução social fora deste setor, como trabalhadores da indústria. Nos dias de hoje, o estudo da pobreza rural passou também a se relacionar com outros problemas como o desemprego crescente nos setores urbano-industriais, com a pressão demográfica sobre as grandes cidades, com a violência urbana, etc. Assim, atacar a pobreza no meio rural passou a ser uma medida social de “quase-confinamento” ou retenção do problema no seu local de origem; ou seja, a *estratégia* continua a ser a de manter os pobres no campo (em décadas passadas falava-se em “*fixar o homem no campo*”), como se fosse possível estancar a sangria demográfica que vêm alimentando o inchaço populacional dos grande centro urbanos. Isto sem mencionar os outros problemas, histórica e umbilicalmente conexos à pobreza rural, como a reforma agrária, o abastecimento alimentar, e o cuidado com o ambiente, entre outros, aos quais estas novas motivações de “viés urbano” vêm a se somar. Neste sentido, a preocupação com a pobreza rural está se tornando uma preocupação tanto para o desempregado urbano das metrópoles (que não deseja mais candidatos às escassas vagas), para a classe média impressionada com o aumento da violência nas cidades e mesmo para os sem-terras do campo (que não podem mais migrar para as áreas de fronteira agrícola e tampouco dividir os já miúdos lotes familiares, quando estes existem). Talvez seja por estas razões que o combate à pobreza e à miséria rural estejam sensibilizando várias categorias sociais e, com isso, alcançando legitimidade política.

Não obstante, embora este reconhecimento seja fundamental, a redução da pobreza rural também está associada à mudança da estrutura social e econômica que a produz. Neste sentido, é preciso considerar que na década de 1970 as migrações eram uma das principais alternativas que se apresentava aos pobres do campo para escapar da exclusão social. O massivo êxodo rural, ocorrido nas regiões Sul e Nordeste, foi estimulado pelas próprias possibilidades de acesso aos empregos urbanos que então eram criados pelo setor industrial e de serviços em expansão. Segundo Graziano da Silva (1995), na década de 1970 o setor urbano brasileiro criou 13,2 milhões de postos de trabalho, metade dos quais somente nas indústrias de transformação (que criou 4 milhões) e na construção civil (que criou 1,5 milhão). Entre 1981 e 1989 o setor urbano igualmente registrou aumento de 12,7 milhões de novas ocupações, mas apenas 20% na indústria de transformação (2,4 milhões) e na construção civil (400 mil). Já no período entre 1981 e 1992, enquanto a PEA urbana brasileira (ocupada em atividade não-agrícolas) aumentava a uma taxa de 3,6% ao ano, a indústria de transformação crescia apenas 1,6% ao ano e a

construção civil registrava uma queda de 7,5% ao ano⁵. Nos anos noventa, no período entre 1992 e 1997, a crise destes ramos se manteve: a PEA urbana não-agrícola crescia a taxa de 2,3% ao ano e os ramos da indústria de transformação e da construção civil registravam taxas negativas de 0,6% e 2,8% ao ano, respectivamente (Schneider, 1999: 191; Campanhola e Graziano da Silva 2000).

Estes dados revelam uma mudança no perfil das ocupações urbanas, que nos anos setenta eram compostos basicamente de empregos e ocupações que exigiam pouca qualificação e, portanto, constituíam-se em possibilidades de emprego para os migrantes recém chegados do campo. Nos anos mais recentes, o mercado de trabalho urbano está deixando de ser uma alternativa de inserção social para os pobres do campo tendo em vista a crise dos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil) onde estes trabalhadores teriam melhores chances de emprego. A conclusão de Graziano da Silva (1995: 131) também vai nesta direção, ao afirmar “(...) as oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos nos anos oitenta não favoreceram os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural”.

Neste sentido, o quadro que se apresenta não permite alimentar perspectivas alentadoras e imediatas favoráveis à diminuição da pobreza e da exclusão social no meio rural. Além dos limites à inserção formal dos trabalhadores excedentes do campo no mercado de trabalho urbano-industrial, via migrações campo-cidade, estes contingentes populacionais já não podem contar com o crescimento econômico da própria agricultura (especialmente quando se analisa o desempenho do PIB setorial) ou da ampliação da fronteira agrícola, mecanismos estes que nos anos setenta patrocinavam sua inserção social e econômica. Como se sabe, as regiões Centro-oeste e Norte há muito tempo não dispõem de oferta de terras para receber novos colonizadores. Além disso, não se deve esquecer das conseqüências que os próprios avanços do progresso técnico trarão para a agricultura no período vindouro, particularmente, no que se refere às biotecnologias, à engenharia genética e as tecnologias da informação (informática e micro-eletrônica). Embora também seja verdadeiro que estas inovações podem criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural (como é o caso dos operadores técnicos, dos prestadores de serviços de informática, etc), não é recomendável alimentar ilusões. Os novos equipamentos e tecnologias, prestes à serem introduzidos na agricultura, são altamente seletivos em relação ao uso de mão-de-obra e poupadores de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional (como

5 Além da PEA urbana não-agrícola, a PNAD também contabiliza a PEA urbana ocupada em atividades agrícolas, que são aqueles que trabalham na agricultura mas que possuem domicílio em áreas urbanas.

exemplos, basta citar as máquinas que operam no corte da cana-de-açúcar ou na colheita de café e laranja).

A EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA GAÚCHA: O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

Conforme antes mencionado, a análise da pobreza rural perseguida neste trabalho não se fixa apenas na forma desigual pela qual as rendas são apropriadas na agricultura, ainda que esta seja uma forma reconhecida de desvelar a desigualdade em determinada formação social. A perspectiva aqui adotada parte da convicção de que a pobreza rural revela-se em uma das facetas do processo de exclusão social, que possui raízes históricas e está ligada ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo.

Um resgate do processo histórico de desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul mostra que, já na primeira metade do século XX ela figurava entre as mais modernizadas do Brasil. Um dos indicadores mais significativos, neste sentido, é o número de tratores existentes no Estado. Entre 1920 e 1940, a frota de tratores no Rio Grande do Sul passava de 817 para 1.104 unidades utilizados, em geral, na produção de arroz. A orizicultura, praticada em grandes propriedades da região sul-sudoeste do Estado, proporcionou um rápido incremento na utilização de máquinas, que veio acelerar a introdução de formas capitalistas de produção. A partir do final da II Guerra Mundial a triticultura também contribuiu significativamente para acelerar o processo de transformação tecnológica da agricultura no Rio Grande do Sul. O auge da lavoura de trigo verificou-se entre 1945 e 1956, quando a produtividade do cereal atingiu 0,96 t/ha e a área de plantio teve um incremento de 334% (FEE, 1978: 53).

Durante a década de 1950 a agricultura gaúcha permaneceu estagnada: a fronteira agrícola de terras havia sido totalmente ocupada, levando muitos gaúchos a migrar para fora do Estado⁶. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofriam sérios problemas de competitividade com os produtos estrangeiros e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de venda do produto. A suinocultura, que era o principal produto comercial dos agricultores das regiões de colonização recente (Alto Uruguai, Missões, etc.), também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por óleos vegetais, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros e pela exigência de um novo tipo de rebanho suíno com preferência à produção de um porco tipo-carne (Presser 1978).

6 Na verdade, a migração rural-urbana dos colonos gaúchos, que habitavam as regiões das Colônias Novas (Norte e Nordeste do Estado), para as regiões do oeste catarinense e o sudoeste paranaense iniciou-se nas primeiras décadas do presente século, intensificando-se entre 1920 e 1940.

Esta situação favoreceu a rápida difusão da soja em praticamente todas as regiões agrícolas da lavoura gaúcha. Além disso, a sojicultura pode beneficiar-se duplamente em relação à triticultura, de lado, incorporando as áreas de cultivo deste grão, bem como os avanços técnicos e a estrutura organizacional das cooperativas e, de outro, colocando-se como alternativa econômica ao trigo, uma vez que esta cultura sofria uma forte crise de comercialização desencadeada pela importação do produto dos EUA (em decorrência do Acordo do Trigo Norte Americano, fixado em 1956). *Grosso modo*, pode-se dizer que a introdução da soja como principal produto comercial da lavoura gaúcha marca uma nova fase de desenvolvimento da economia agrária sul-riograndense⁷.

A frente de expansão da soja localizou-se na Zona Colonial do noroeste do Rio Grande do Sul, incluindo as regiões Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. A difusão acelerada da monocultura da soja pode ser acompanhada pelos incrementos anuais de área plantada. Entre 1968 e 1981 ela apresentou um incremento de 1.075% na área cultivada e de 2.188% na quantidade produzida (Conceição 1982: 99). Ao final da década de 70, as transformações ocasionadas pela difusão da soja e pela modernização tecnológica da agricultura revelaram-se particularmente intensas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões). Em razão disso, um grande contingente de colonos viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução, face a impossibilidade de incorporação destas novas tecnologias e sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar. Entre as alternativas possíveis para os pequenos proprietários figuravam aquelas que conduziram muitos colonos aos projetos de colonização, através dos quais milhares de agricultores do Sul se transferiram para o Norte e para o Centro-oeste do Brasil (Tavares dos Santos 1993). Uma segunda estratégia foi a organização social e política da qual emergiram os movimentos sociais dos sem-terras (MST), atingidos por barragens (CRAB), mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) (Schmidt 1992; Navarro, 1996; Grzybowski, 1987). Uma terceira possibilidade passaram a ser às novas estratégias de produção como a parceria e o pequeno arrendamento (Vianna de Souza 1992). Uma última maneira dos pequenos agricultores enfrentarem os efeitos das transformações técnico-produtivas foi a migração, que conduziu milhares de colonos, arrendatários, meeiros, sem-terras e outros, ao assalariamento nos centros urbano-industriais, particularmente na indústria coureiro-calçadista do Vale do Sinos (Schneider 1994; Enderle 2000).

7 No Rio Grande do Sul, até 1950, a soja era plantada por pequenos proprietários e utilizada como forragem na alimentação de suínos. Somente no final dos anos 50 que a produção da soja ganha impulso, disseminando-se rapidamente por todos os Estados do Sul do Brasil durante a década de 1960. Na década de 1970 ela chega a ocupar 60% total da área plantada no Estado.

Já as regiões coloniais mais antigas (como as regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra), situadas no Nordeste gaúcho, percorreram uma trajetória distinta. Enquanto na fronteira Noroeste do Estado o modo de vida colonial foi substituído pela agricultura tecnificada e integrada aos complexos agroindustriais, na primeira região grande parte da força de trabalho do meio rural passou a ser absorvida pelo emergente mercado de trabalho regional, cuja expansão se dava em face do processos de industrialização do setor coureiro-calçadista (Schneider 1999).

Nas regiões Sul e Oeste do Rio Grande do Sul, onde predominam as propriedades médias e de grande porte dedicadas ao cultivo de arroz irrigado e à pecuária extensiva, registraram-se dinâmicas produtivas diferenciadas nas duas últimas décadas. Nestas regiões a sojicultura apenas penetrou em escala reduzida e as transformações técnico-produtivas foram bem menos intensas, o que pode ser explicado devido ao fato da motomecanização ter sido incorporado bem antes na orizicultura da região Sul. Na década de 1980, a produção de arroz irrigado registrou aumentos favoráveis na área plantada e na produtividade da lavoura, ao passo que a pecuária extensiva permaneceu estagnada sem realizar significativos incrementos tecnológicos e mantendo estáveis os padrões de produtividade (Fürstenau 1988; Alonso, Benetti, Bandeira, 1994).

Quando se compara as metades Sul e Norte do Estado logo se percebem diferenças marcantes que começam pelo processo de ocupação de terras diferenciado⁸. A primeira região, também chamada de "metade-sul", apresenta estrutura fundiária com maior concentração de grandes propriedades, ocupadas na pecuária extensiva e na produção de arroz irrigado. A segunda, chamada de "metade-norte", foi ocupada por imigrantes de origem européia ou por seus descendentes, originários predominantemente da Itália e da Alemanha, e se baseia na pequena propriedade onde predomina a agricultura familiar. Ao longo do presente século, devido às formas diferenciadas de ocupação e de uso das terras, das características culturais e de padrões de fecundidade distintos de seus habitantes e de processos migratórios ocorridos em períodos não coincidentes, os contrastes entre as duas regiões ampliaram-se consideravelmente.

Em termos demográficos, a região Sul apresentou um declínio em relação à região Norte, pois a primeira concentrava cerca de metade (52,07%) da população gaúcha em 1890, passando a deter apenas um quarto (25,2%) em 1991. Foram importantes na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico a expansão da

8 A separação do Estado do Rio Grande do Sul em "metade-sul" e "metade-norte" é controvertida. Trata-se de uma linha imaginária, em sentido diagonal, traçada de leste a oeste, ligando Porto Alegre a São Borja, que separaria o Estado em duas metades: o Norte formado por uma estrutura fundiária de predomínio de pequenas propriedades, mais urbanizado e industrializado, em oposição ao Sul, que seria formado por propriedades rurais de grande porte, fortemente assentado na agropecuária e menos desenvolvido.

fronteira agrícola na região Norte durante a primeira metade do século XX, a urbanização precoce da região Sul associada à preservação de uma base essencialmente ligada à agropecuária e a concentração geográfica do crescimento industrial do Estado no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, o que contribuiu para atrair migrantes para os empregos gerados direta ou indiretamente no setor urbano-industrial. Segundo Bandeira (1994), deve-se considerar que as grandes explorações pecuárias características da região Sul demandam um volume muito menor de força de trabalho por unidade de área do que as pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas, mais recentes, que compõem o setor agrícola da região Norte. Além disso, “as mudanças tecnológicas introduzidas ao longo do tempo na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais, contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e para reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária” (Bandeira 1994: 15).

Em termos econômicos, até 1940 a região Sul tinha maior peso relativo do que as regiões Norte e Nordeste na formação do produto total do Estado. Entre 1940 e 1970, o peso relativo do produto industrial da região Sul diminuiu continuamente, passando de um pouco mais de um terço, em 1940, para algo em torno de 15% em 1970, ocorrendo também perdas relativas, embora um pouco menores, na produção agropecuária (Bandeira, 1994, p. 16). Segundo Bandeira, a decadência da região Sul deve-se, em grande parte, à prolongada crise da pecuária e de seus segmentos complementares, as charqueadas e, posteriormente, os frigoríficos. No entanto, de acordo com o mesmo autor, o declínio econômico da região também pode ser explicado pelo comportamento dos donos das terras que, além de serem geralmente absenteístas das propriedades, estaria ainda apegados a “um tipo específico de racionalidade” que privilegia as formas extensivas de produção e a abundância da mão-de-obra em lugar de intensificação produtiva e do uso de tecnologias modernas.

Desse modo, pode-se afirmar que a evolução e a modernização da estrutura agrária gaúcha ocorreu de forma desigual. Há diferenças regionais e históricas que permitiram incrementos tecnológicos a um determinado conjunto de agricultores, enquanto outros foram compelidos à migração e à proletarização. Contudo, as transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos. A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais daí emergentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteraram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais gaúchas e a própria geografia arária.

Do ponto de vista social, a trajetória até aqui descrita, fortemente marcada pelos avanços técnico-produtivos, apresenta flagrante contraste com a deterioração das condições de vida no campo ao longo do período examinado. Os dados disponíveis em 1990, segundo informações extraídas do Mapa da Fome, realizado pelo IPEA, indicavam que no Rio Grande do Sul haviam 1.534.895 pessoas e 520.311 famílias indigentes. A Tabela 2, abaixo, aponta que 57,07% dessas pessoas tinham domicílio em áreas rurais. Além disso, a Tabela também mostra que o grau de indigência relativa da população rural do Rio Grande do Sul, em 1990, chegava a 32,28% .

TABELA 2
RIO GRANDE DO SUL. PESSOAS E FAMÍLIAS INDIGENTES, GRAU DE
INDIGÊNCIA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1990

Estado e situação de domicílio	Pessoas indigentes	Participação de indigência	Grau de indigência	Famílias indigentes	Participação de famílias indigentes
Rio Grande do Sul	1.534.895	(%)	17,02	520.311	(%)
Metropolitana	225.946	14,72	7,48	87.280	16,77
Urbana	432.979	28,21	13,18	175.329	33,70
Rural	875.971	57,07	32,28	257.701	49,53

Fonte: IPEA, Mapa da Fome (apud FEE 1995)

Outro aspecto a ser ressaltado em relação ao aprofundamento do padrão tecnológico chamado de “moderno” (porque calcado o aumento constante do consumo intermediário de bens e produtos e da produtividade) refere-se à “sangria” demográfica. Uma das principais modificações que se assiste nas últimas duas décadas é a diminuição absoluta da população que reside no meio rural (na década de 1980 a população rural caiu à taxa anual de 2% e entre 1992 e 1997 esta queda reduziu-se para 0,6% ao ano). Em recente pesquisa, baseada em dados do IBGE, obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou-se que em 1981 haviam 2,119 milhão de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, que residiam no meio rural gaúcho. Já em 1997 este número tinha caído para 1,627 milhão, portanto um diminuição de 492 mil pessoas (queda de 23,22%) que deixaram o meio rural e foram habitar em outros locais, provavelmente nos centros urbanos (Schneider e Navarro 2000; Schneider 1999b).

No que se refere à dinâmica ocupacional as mudanças são ainda mais significativas, pois nos últimos anos observa-se uma diminuição constante das famílias ocupadas nas atividades agrícolas. Na pesquisa, antes indicada, baseada em dados do IBGE obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verificou-se que entre 1981 e 1997 houve uma diminuição expressiva das pessoas ocupadas em atividades

agrícolas, passando-se de 1,160 milhão para 815 mil, portanto um perda de 345 mil postos de trabalho somente daqueles ocupados em atividades agrícolas. Em razão disto, aumentou significativamente o contingente de pessoas desempregadas no meio rural gaúcho. Entre 1981 e 1992 a taxa dos habitantes rurais que se declararam não ocupados cresceu 4,7% ao ano e entre 1992 e 1997 saltou para 17,8% ao ano, registrando-se a presença de 23.800 pessoas desempregadas em todo o Estado somente no ano de 1997.

Esta situação, provavelmente esteja relacionada às dificuldades econômicas enfrentadas pelas culturas que utilizam força de trabalho assalariada, como é o caso da orizicultura e, em menor escala, da pecuária de leite. Ambos setores foram fortemente atingidos, no início da década de 1990, pela abertura comercial e pela queda dos preços. O reflexo imediato da crise nestes setores pode ser percebido na redução da categoria dos empregados agrícolas, que em 1981 eram 146.300 em todo Rio Grande do Sul e em 1997 diminuído para 107.600. Como se percebe, a falta de emprego, que em geral é vista como um fenômeno típico das cidades, chegou ao campo nestes últimos anos, atingindo mais diretamente aquelas pessoas que vivem do assalariamento agrícola.

Mas não é apenas a categoria dos empregados agrícolas que vêm diminuindo no Rio Grande do Sul. As pessoas que se declararam ocupadas em “atividades não remuneradas” ou por “conta própria” em atividades agrícolas, como é usualmente o caso daqueles que hoje se chama de agricultores familiares, também continuam a reduzir sua presença no meio rural gaúcho. Em 1981 estas duas categorias somavam 992.300 trabalhadores e em 1997 haviam se reduzido para 680.700, portanto uma diminuição de 311.600 pessoas. Em parte, esta redução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas pode ser explicada pela dinâmica demográfica da população rural, especialmente em razão do aumento do número de aposentados, que entre 1992 e 1997 cresceu a uma taxa anual de 6,4%. Entretanto, estes dados também podem ser lidos como uma indicação de que a agropecuária sul-rio-grandense continua trilhando o caminho do formato técnico-productivo inaugurado nos anos setenta.

No período recente, a agropecuária gaúcha vêm registrando um desempenho produtivo que parece estar em contraste com a dinâmica demográfica e ocupacional da população rural. Segundo dados da Fundação Economia e Estatística, entre 1990 e 1998 o setor agropecuário do Rio Grande do Sul registrou uma taxa média de crescimento de 2,4% ao ano. Este desempenho deveu-se fundamentalmente aos ganhos de produtividade obtidos na produção de grãos como soja, arroz e milho, que tiveram uma redução da área plantada, mas um aumento da quantidade colhida no período recente. Em 1980 o Rio Grande Sul registrava uma área de cerca de 8 milhões de hectares ocupados com grãos, que produziam cerca de 12,3 milhões de toneladas. Em 1995, no entanto, a área plantada com grãos havia sido reduzida para 6,3 milhões de hectares, mas

a produção elevava-se para 17,3 milhões de toneladas. Segundo estudos recentes, entre 1985 e 1995 houve uma redução de 904 mil hectares da superfície cultivada com grãos no Estado, estimando-se que aproximadamente um terço dessa área foi abandonada em regiões de pequenas propriedades, como o Alto Uruguai, onde predomina o cultivo da soja e do milho (Benetti 1998, 1999). Portanto, em 15 anos verificou-se um aumento de 78% no rendimento físico dessas lavouras, passando-se de 1,53 tonelada por hectare para 2,72, perfazendo um aumento de 41% na produção graneleira e uma redução da ordem de 20,4% na área cultivada.

Não obstante este desempenho produtivo favorável, no sentido de obtenção de maiores ganhos de produtividade, o setor agrícola gaúcho e, particularmente os agricultores, parece não ter grandes razões para comemorações. No mesmo período analisado a participação da agropecuária no PIB estadual reduziu-se consideravelmente, passando de 15,08% em 1980 para 10,57% em 1995. Entre as causas desse empobrecimento do setor em face as outras atividades econômicas são apontados, entre outros, os impactos da rápida abertura comercial, que expôs a agricultura gaúcha à competição com produtos importados, muitas vezes fortemente subsidiados em seus países de origem, e às mudanças nos mecanismos de financiamento e sustentação estatal, que até o início dos anos oitenta chegavam ao campo via crédito agrícola.

Outro fator importante que ajuda a explicar o empobrecimento do setor agrícola na década de 1990 foram as quedas dos preços dos produtos agrícolas recebidos pelos agricultores. Segundo Monteiro (1999), comparando-se os preços agrícolas do período 1990-1998 com o mesmo da década anterior (1980-1989) percebe-se uma redução de 49,58% no preço recebido pelo arroz em casca, 48,01% pelo milho, 64,07% pelo trigo e 52,45% pela soja, que são alguns dos cultivos típicos da lavoura gaúcha. Esta queda dos preços, conforme também destacaram Graziano da Silva e Del Grossi (1999), provocou uma considerável redução das rendas das pessoas ocupadas no setor agrícola, que em 1997 chegaram a seu patamar mais baixo, sendo inferiores a todos os ramos de atividades das pessoas ocupadas no meio rural com exceção do ramo de serviços.

POBREZA E DESENVOLVIMENTO RURAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa uma aproximação inicial a um tema sobre o qual a cada dia se iniciam mais pesquisas e investigações no Brasil. Conforme mencionado no início, talvez este fato seja um sinal dos novos tempos e da agenda de investigações que tomará corpo no próximo período. Nesta seção final, que não será conclusiva, pretende-se apontar para alguns aspectos que parecem importantes quando se enfrenta o desafio de indicar sugestões ou recomendações a um problema tão complexo quanto o da pobreza.

Neste sentido, parece pertinente refletir sobre as condições e as possibilidades que têm ou terão as populações rurais gaúchas de serem beneficiadas por processos de desenvolvimento que promovam maior distribuição de renda. Como não será possível desenvolver argumentos para os múltiplos aspectos deste tema no âmbito deste artigo pretende-se, tão somente, expor algumas características da dinâmica recente das ocupações não-agrícolas no meio rural gaúcho que podem contribuir para repensar o desenvolvimento rural.

Em outros trabalhos (Schneider 1999; Schneider e Navarro 2000), têm-se indicado que o “espaço rural” está passando por significativas transformações que vêm alterando, sobremaneira, o seu perfil ocupacional. De um lado, como descrito anteriormente, há uma agricultura cada vez mais produtiva e intensa na utilização dos fatores produtivos, embora ocupando um número cada vez menor de trabalhadores. De outro lado, contrastando com este desempenho das atividades agrícolas, verifica-se o crescimento das atividades não-agrícolas das pessoas que têm domicílio rural. Este crescimento das atividades não-agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vêm evoluindo gradativamente a partir da década de 1980. Em face da queda persistente do emprego agrícola, as informações sobre o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural do Rio Grande do Sul talvez estejam a indicar que é absolutamente fundamental romper com a associação e mesmo a redução do espaço rural as atividades agrícolas *stricto sensu*. Esta ruptura é certamente o primeiro passo para demonstrar que o problema da pobreza e da exclusão social no campo não pode mais ser resolvido apenas com a adoção de tecnologias ou através da transferência da população rural para as cidades via processos migratórios. Ou seja, trata-se de romper com a visão, discutida nas seções anteriores, de que o desenvolvimento agrícola (o produtivismo, como também denominado) conduz inexoravelmente ao desenvolvimento rural.

Uma comparação da dinâmica do emprego e da ocupação na agricultura gaúcha nas duas últimas décadas indica que o que está gerando novos postos de trabalho no meio rural não é a agricultura, mas um conjunto de atividades que até pouco tempo eram identificadas somente com as cidades e os espaços urbanos, e que agora estendem-se ao campo. É claro que isto não permite concluir, apressadamente, que o setor agrícola deixará de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se argumenta é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação que poderão ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem habita no meio rural mas, por opção ou mesmo contingência, não trabalha na agricultura.

As atividades não-agrícolas que mais crescem no meio rural gaúcho são a prestação de serviços, as manufaturas, a transformação ou agregação de valor aos produtos agrícolas, entre outras, cujos efeitos sobre as rendas familiares e a ocupação da mão-de-

obra parecem ser bastante promissores. Entre 1981 e 1997 a população economicamente ativa do Rio Grande do Sul (com 10 anos de idade ou mais), com domicílio rural, que estavam ocupada em atividades não-agrícolas elevou-se de 276.500 para 324.100, registrando um aumento de quase 50 mil postos de trabalho. Entre 1992 e 1997 o crescimento dos ramos de atividades não-agrícolas como a prestação de serviços (3% a.a.), os serviços auxiliares de atividades econômicas (19,1% a.a.) e o ramo de transportes e comunicação (7,4% a.a.), indicam que as atividades econômicas que mais crescem são aquelas associadas ao setor de serviços e da agregação de valor aos produtos agrícolas. Este crescimento fez com que em 1997 o meio rural gaúcho já contasse com 67.500 pessoas que podiam ser consideradas “duplo-ativas”, pois combinavam a agricultura com outras formas de ocupação não agrícola durante todo o ano.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, talvez estas novas formas de ocupação possam ser traduzidas em estratégias ou alternativas para atacar o problema da pobreza rural no Estado. Pelos indicadores apresentados, parece que as chances de reversão do padrão tecnológico vigente são pouco prováveis, malgrado os vários esforços empreendidos. Assim, a tendência é que continue a haver uma relação inversa entre nível de ocupação na agricultura e a produtividade do trabalho. Na verdade, esta situação é típica do processo de penetração do capitalismo no campo cujos efeitos, se não podem ser aceitos passivamente, requerem que se proponham soluções inovadoras. Estas propostas não implicam, por certo, em oposição ao progresso técnico ou diminuição da utilização de tecnologias, o que poderia condenar o setor agrário gaúcho ao atraso e a estagnação e retirá-lo da competição com outros concorrentes que, por certo, não desistirão do negócio.

Entre as várias iniciativas que vêm sendo implementadas, os esforços do Estado (ainda que longe do desejável) no sentido de promover a redistribuição fundiária certamente é uma das alternativas que podem ajudar a reduzir a precariedade das condições de vida e a pobreza das populações rurais menos favorecidas. O mesmo pode-se afirmar em relação as políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar, quer seja através de programas federais como o Pronaf ou em nível estadual, como o programa de incentivo as micro e pequenas agroindústrias rurais.

Contudo, há um conjunto de políticas e propostas cujos efeitos sobre o combate à pobreza e o estímulo ao desenvolvimento rural são ainda largamente desconhecidas ou muito pouco estudadas. Este é particularmente o caso das transferências sociais diretas do Estado, via previdência social, aos aposentados e pensionistas rurais. O trabalho recente de Delgado e Cardoso (1999) mostra que a renda domiciliar mensal dos beneficiários rurais da previdência social na região Sul chegou a R\$ 551,91 ou 4,4 salários mínimos, sendo que 48% desses declararam-se responsáveis pelo estabelecimento rural.

Em 1997, segundo dados da PNAD, havia no Rio Grande do Sul 146.400 beneficiários da previdência e 336.000 na região Sul como um todo, que no período 1992-97 registraram um crescimento anual da ordem de 6,4% e 5,9%, respectivamente. Segundo a FEE, tomando-se por base os dados de 1995 e 1996, observa-se que a previdência injeta, anualmente, em torno de R\$ 600 milhões no meio rural gaúcho, valor equivalente a duas vezes o Valor Bruto da Produção de milho ou a 60% do Valor Bruto da Produção de arroz em 1996.⁹ Para Delgado e Cardoso há evidências de que “...o seguro previdenciário da aposentadoria ou pensão está sendo convertido de várias formas em uma espécie de seguro de renda agrícola” (1999: 9). Neste sentido, consideram os autores, a previdência está ajudando muitas famílias de agricultores a manter uma renda mensal fixa e a ter condições de investir na propriedade.

Entre as iniciativas de combate a pobreza rural, ainda não exploradas pelo Estado, também pode-se mencionar as políticas públicas destinadas a alavancar o desenvolvimento das atividades não-agrícolas no meio rural. Neste sentido, Campanhola e Graziano da Silva (2000), sugerem cinco grupos de políticas para o desenvolvimento das atividades não-agrícolas e da pluriatividade rural, a saber:

- *políticas de “desprivatização” do espaço rural*; ou seja, criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola;
- *políticas de urbanização do meio rural* visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- *políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas*, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), proporcionando também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- *políticas sociais compensatórias ativas*, que consiste em aposentadoria precoce em áreas desfavoráveis, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças, etc.;

9 Esta informação consta em informe assinado por Eugênio Lageman na Carta de Conjuntura da FEE de agosto de 1998.

- *um re-ordenamento político-institucional*, que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Conforme ressaltado, este trabalho não têm a intenção de ser conclusivo mas, ao contrário, realizar uma primeira aproximação ao tema da pobreza rural com dados para o Rio Grande do Sul. Obviamente, em razão do caráter preliminar, ainda restam muitas lacunas a serem preenchidas em estudos futuros, ainda que este trabalho tenha representado um estímulo adicional à difícil tarefa de estudar o desenvolvimento pelo seu anverso. Ou seja, ocupar-se com o tema do desenvolvimento também significa dizer algo sobre as causas e as características das áreas ou regiões *não-desenvolvidas*. Aliás, esta é uma das finalidades que cabe ao conhecimento científico: aportar contribuições que permitam entender os processos sociais e econômicos que produzem a desigualdade e a exclusão e apontar potenciais estratégias que possam auxiliar os planejadores a intervir sobre esta realidade.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. 1999. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Almeida, J. e Navarro, Z. 1997. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Alonso, J.A.F.; Benetti, M.D.; Banderira, P.S. 1994. Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre, FIEE.
- Bakos, M.M. 1982. RS: Escravidão e abolição. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- Bandeira, P. S. 1994. As raízes históricas do declínio da região sul. In: Alonso, J.A.F.; Benetti, M.D.; Banderira, P.S. Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul; causas e perspectivas. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, p.7-32.
- Barros, R. P. e Mendonça, R. 1995. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960/90. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, Vol. 25, nº1, 115-164, abr.
- Barros, R.P. e Mendonça, R. 1995. Os determinantes da desigualdade no Brasil. IIEPA, Rio de Janeiro, julho. (Texto para Discussão nº 377).
- Benetti, M. D. 1999. Rio Grande do Sul: subsídios para a formulação de uma política de desenvolvimento sustentável da agricultura estadual. Indicadores Econômicos. Porto Alegre, FIEE, vol.26, nº.4, p.188-195.

- Benetti, M. D. 1998. Reversão e reestruturação do agríbussness rio-grandense. In: Projeto RS-2010: Agribussness. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento, p. 13-22.
- Cardoso, F.H. 1977. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Conceição, O.A. 1986. A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-1975. Porto Alegre, FEE.
- Corrêa, A.J. 1998. Distribuição de Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira. Piracicaba, Editora da Unimep.
- Corrêa, A.J. 2000. Evolução do rendimento médio, desigualdade e pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira: uma análise regional do período 1981-1998. Trabalho apresentado no "Seminário Desafios da Pobreza Rural no Brasil", promovido pelo IPEA, NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - MDA) e Banco Mundial, Rio de Janeiro, 30 de agosto a 01 de setembro de 2000, 23 páginas.
- Del Grossi, M. E. 1999. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. Campinas, UNICAMP, 222 p. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da UNICAMP.
- Delgado, G. C. (coord.), 1997. Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica. Brasília, Projeto IPEA/MPAS. 73 p. Trabalho não publicado.
- Delgado, G. C., Cardoso Jr. J.C. 1999. A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90. Brasília, IPEA, Relatório Preliminar de Pesquisa, Não Publicado.
- Duqué, G. e Cirne, M.N.R. 1998. Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social. In: Ferreira, A.D.D. E Brandenburg, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba, Editora da UFPR.
- Enderle, A.T. 2000. Trabalhadores por conta-própria: estratégias de reprodução e identidade sócio-profissional de agricultores familiares. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS.
- Fundação De Economia e Estatística. FEE. 1978. 25 anos de economia gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 3.
- Fundação De Economia e Estatística. FEE. 1995. Alívio à Pobreza: diagnóstico e conclusões. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/ FEE, Pró-Rural 2.000.
- Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. IBGE. Departamento de Emprego e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, 1992 a 1997.
- Fürstenau, V. O. 1988. crédito rural no brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha:1965-1984. Porto Alegre, FEE.
- Gelhen, I. 1998. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: Ferreira, A.D.D. e Brandenburg, A. Para Pensar Outra Agricultura. Curitiba, Editora da UFPR.
- Grando, M.Z. (coord.). 1996. Agropecuária do Rio Grande do Sul 1980-1995 a caminho da eficiência? Porto Alegre, FEE.
- Graziano Da Silva, J. 1999. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia (Coleção Pesquisas, 1).
- Graziano Da Silva, J. 1998. Políticas Não-Agrícolas Para O Novo Rural Brasileiro. In: Aguiar, D. E Pinho, J.B. O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília, Edições SOBER, v. 1, p. 117-142.
- Graziano Da Silva, J. 1995. Urbanização e Pobreza no Campo. In: Ramos, P. e Reydon, B.P. (Org.) Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas, Edições ABRA, p. 127-150.
- Graziano Da Silva, J., Del Grossi, M. E. 1999. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. São Paulo. 20 p. Trabalho apresentado na ANPEC.

- Hoffmann, R. 2000a. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In: Kilsztajn, S. e Dowbor, L. Economia Social. São Paulo, Laboratório de Economia Social da PUC-SP, (no prelo).
- Hoffmann, R. 2000b. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-1998. ESALQ/USP e IE/UNICAMP (digitado). Piracicaba, São Paulo, 24 p.
- Hoffmann, R. 1984. "A pobreza rural no Brasil". In: Revista Reforma Agrária, Campinas, V. 14, N. 01, p. 36-40.
- Hoffmann, R. 1995. "Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil". In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 09, nº, 24, p. 159-172.
- Martini, M.L.F. 1993. Sobre do caboclo-camponês: um gaúcho a pé. Porto Alegre, UFRGS Dissertação (Mestrado em História).
- Monteiro, M.J.C. 1999. Renda Agrícola: terra sem promessa. Agroanalysis, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 19, n. 4, p. 17-18, abril.
- Navarro, Z. (Org.) 1996. Política, Protesto e Cidadania no Campo. Porto Alegre, Editora da Universidade.
- Pastore, J; Zylberstajn, H; Pagoto, C. 1983. Mudança social e pobreza no Brasil: 1970/80. São Paulo, Sipc.
- Presser, M. 1978. O desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: 1920-1975. Campinas, Dissertação (Mestrado em Economia), IFCH, UNICAMP.
- Rocha, S. 1997. Crise, estabilização e pobreza – 1990-1995. Revista de Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, p. 22-26, janeiro.
- Rocha, S. 2000 a .Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. IPEA, Rio de Janeiro, abril. (Texto para Discussão nº 721).
- Rocha, S. 2000b. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. IPEA, Rio de Janeiro, abril, (Texto para Discussão nº720).
- Rocha, S. 1998a. Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981-1995. IPEA, Rio de Janeiro, junho. (Texto para Discussão nº 567).
- Rocha, S. 1998. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. IPEA, Rio de Janeiro, dezembro. (Texto para Discussão nº 439).
- Rocha, S. 1998c. Renda e pobreza. Medidas *per capita* versus adulto-equivalente. IPEA, Rio de Janeiro, novembro. (Texto para Discussão nº 609).
- Romão, M.C. 1993. Pobreza: conceito e mensuração. In: Cadernos de Economia nº 13, Brasília, IPEA, fevereiro.
- Schmidt, C.J. 1992. O Tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do colono "sem-terra". Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), UFRGS.
- Schneider, S. e Navarro, Z. 2000. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: Campanhola, C. e Silva, J. G. (orgs.). O Novo rural brasileiro. Vol. 3. Embrapa/Unicamp, p. 15-48.
- Schneider, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205 p.
- Schneider, S. e Navarro, Z. 1999. As mudanças nas ocupações agrícolas e não-agrícolas na agricultura gaúcha: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981-97. Indicadores Econômicos-FFE. Porto Alegre, Vol. 27, nº 4, p.170-189.
- Schneider, S., Brumer, A. 1997. Impactos das transformações técnico-produtivas sobre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida no meio rural do Rio Grande do Sul. Projeto RS-2010, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

- Secretaria Da Agricultura E Abastecimento. 1994. Macrozoncamento Agroecológico e Econômico: regiões agroecológicas, Estado do Rio Grande do Sul.
- Tavares Dos Santos, J.V. 1993. Matuchos: exclusão e luta - do sul para a amazônia. Petrópolis, Vozes.
- Veiga, J.E. 2000. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: Teófilo, E. (et al) Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 173-200.
- Vianna De Souza, M.F. 1992. Os rendeiros da soja. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, UNICAMP, julho.